

■ OGP

8ª Cúpula Global da Parceria para Governo Aberto

■ OEA

40ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção

■ OCDE

9º Encontro do Grupo de Especialistas em Dados Governamentais Abertos

OCDE conclui a fase 4 de avaliação do Brasil

41ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização

■ ICIC

Grupo de Trabalho sobre Gênero e Grupos em Situação de Vulnerabilidade finaliza diagnóstico

■ ONU

CGU participa de reuniões de coordenação para a 28ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima

UNCAC: CGU participa de série de reuniões em Viena

■ ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

CGU recebe visita da delegação de Moçambique

Reunião Multilateral de Trabalho sobre Desmatamento no Bioma Amazônico

NOTÍCIAS DA ASCOM

[CGU participa de seminário internacional sobre gênero e corrupção do BRICS](#)

[CGU e ANTAIP assinam acordo de cooperação para fortalecer transparência e acesso à informação](#)

[CGU participa de evento da OCDE sobre governança pública](#)

[CGU participa de conferência da OCDE sobre tecnologias cívicas](#)

[SFC e SIP recebem visita de especialistas em auditoria e governança da União Europeia](#)

[CGU participa do XXVI Congresso Internacional de Direito Constitucional](#)

[OCDE destaca atuação da CGU no combate à corrupção transnacional](#)

["O Brasil demonstrou seu compromisso histórico em implementar a Convenção Antissuborno", afirma ministro da CGU](#)

[Brasil anuncia em reunião da OCDE que irá presidir o Grupo Anticorrupção do G20 durante o ano de 2023](#)

[OCDE: CGU fala sobre responsabilidade de pessoas jurídicas por atos de corrupção](#)

[SFC participa da Conferência de Administração Pública no Espaço Lusófono](#)

[Dossiê especial da Revista da CGU é lançado em Lisboa, Portugal](#)

[SIP participa de treinamento sobre ciências comportamentais para políticas públicas](#)

[Projeto brasileiro é premiado na Open Government Partnership Awards 2023](#)

[Servidor da CGU tem trabalho acadêmico aprovado em congresso internacional](#)

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

CGU recebe visita da delegação de Moçambique

A Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu a visita de auditores da Inspeção Geral de Finanças de Moçambique, na sede em Brasília, e nas unidades regionais da Bahia, de Minas Gerais, de Goiás e de São Paulo, entre 16 de outubro e 1º de novembro de 2023. A missão teve objetivo de promover atividades de formação, com ênfase na organização do sistema de auditoria interna.

No primeiro dia da visita, o ministro Vinícius de Carvalho e representantes das secretarias da Casa receberam a delegação de Moçambique em Brasília, e apresentaram a estrutura e as funções da CGU. [Confira a matéria da Ascom](#)

Nos estados, os auditores visitaram tanto as respectivas Superintendências regionais, quando as Controladorias-Gerais estaduais, acompanhados pela CGU.

Ao longo do período da visita, a CGU compartilhou e trocou experiências sobre temas específicos com os auditores estrangeiros. Dentre as atividades realizadas, a Secretaria Federal de Controle apresentou painéis sobre temas como planejamento de auditoria baseado em riscos, benefícios/resultados dos trabalhos de auditoria, programa de qualidade, apuração de denúncias, ferramenta de análise automática de licitações e editais (ALICE), e inovação em auditoria.

MEIO AMBIENTE

Reunião Multilateral de Trabalho sobre Desmatamento no Bioma Amazônico

Representando a Controladoria-Geral da União (CGU), a Secretaria Federal de Controle Interno participou da Primeira Reunião Multilateral de Trabalho sobre o Desmatamento no Bioma Amazônico, realizada em Bogotá, Colômbia, nos dias 26 e 27 de outubro de 2023.

O evento, promovido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, em colaboração com a Controladoria Geral da República da Colômbia e com a Agenda dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, reuniu representantes de órgãos de controle de



quatro países da América do Sul – Brasil, Colômbia, Equador e Peru.

Gustavo Bouzon, da Diretoria de Auditoria de Políticas de Infraestrutura e lotado na Controladoria Regional da União em Santa Catarina, apresentou as atribuições da CGU, destacando seu papel no aprimoramento da gestão pública ambiental.

O servidor abordou, ainda, a estrutura do Sistema Nacional de Meio Ambiente, os principais eixos da [5ª edição do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal \(PP-CDAm 2023-2027\)](#) e um rol de desafios reconhecidos pela CGU na luta contra o desmatamento na Amazônia.



O encontro resultou na identificação de desafios comuns, como o estabelecimento e o monitoramento de planos de ação nacionais e o aprofundamento da coordenação interinstitucional nos países. Segundo os participantes, os resultados a serem obtidos dependerão da con-

tinuidade da cooperação, por meio do compartilhamento de boas práticas e do envolvimento de outros órgãos nacionais e infranacionais que aportem informações-chave e conhecimento técnico para aprofundar o entendimento do problema.

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

Em setembro de 2023, ocorreram reuniões dos grupos vinculados à Convenção da Nações Unidas contra a Corrupção. Além de participar desses encontros no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a CGU acompanhou as discussões em torno da 28ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima, a ser realizada em Dubai.

A 8ª Cúpula Global da Parceria para Governo Aberto ocorreu na Estônia, sendo marcada pela apresentação da [Estratégia OGP 2023-2028](#) e pela [premiação de um projeto brasileiro na área de transparência nos municípios](#).

Já no contexto da Conferência Internacional dos Comissionários de Informação (International Conference of Information Commissioners - ICIC), avançaram os trabalhos do Grupo sobre Gênero e Grupos em Situação de Vulnerabilidade.

Também em setembro, a Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) foi dedicada ao processo de avaliação de três países, além de contar com uma sessão especial sobre conflito de interesses e discussão sobre projeto de indicadores.

Já no mês de outubro, o Grupo de Trabalho sobre Suborno da OCDE (Working Group on Bribery – WGB) concluiu a quarta fase de avaliação do Brasil e [divulgou o relatório com as conclusões](#). O documento foi aprovado na última plenária, na [presença do ministro Vinicius de Carvalho](#). Antecedendo o encontro do grupo, ocorreu mais uma edição do fórum anual para debates sobre os termos da Convenção Antissuborno, em que [a CGU compartilhou a experiência brasileira relativa à implementação da Lei Anticorrupção](#).

Como parte da missão ao exterior, além das atividades na sede da OCDE, [o ministro da Vinicius de Carvalho participou do Fórum Esfera, em Paris](#) e proferiu [palestra na Universidade de Frankfurt, na Alemanha](#).

A CGU também esteve presente nas reuniões dos grupos especializados da OCDE sobre [governança pública](#), dados abertos, e propriedade estatal e práticas de privatização. Ainda no âmbito da OCDE, [a CGU participou da conferência “Getting Civic Tech Right for Democracy”](#).

Ainda período de cobertura do boletim, o Grupo Anticorrupção do BRICS promoveu um seminário virtual sobre gênero e corrupção. Na ocasião, [a CGU apresentou iniciativas no enfrentamento ao assédio moral e sexual no serviço público](#).

ONU

CONVENÇÃO CONTRA A CORRUPÇÃO

CGU participa de série de reuniões em Viena

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou de diversas reuniões no âmbito da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, entre 4 e 8 de setembro de 2023, em Viena, Áustria.

No período, foi realizada a 14ª sessão do Grupo de Revisão da Implementação, a 12ª sessão do Grupo de Peritos sobre Cooperação Internacional e a 17ª sessão do Grupo de Trabalho sobre Recuperação de Ativos.

A delegação brasileira foi composta pelo servidor Rafael Ramos da Luz, da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, acompanhado de representantes da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério das Relações Exteriores.

A intensa agenda de trabalho contou com diversos painéis e discussões temáticas. Um dos tópicos debatidos foi o desempenho do mecanismo de revisão da implementação da convenção e o progresso alcançado pelos países avaliados.

Também houve espaço para a discussão sobre o uso de dados e tecnologias da informação no combate à corrupção, assistência técnica, boas práticas e experiências na troca de informações. Os participantes trataram, ainda, de medidas para prevenir a lavagem de dinheiro, com foco no papel de *gatekeepers* na transferência de produtos do crime.

As reuniões de especialistas em cooperação internacional e do grupo de trabalho sobre recuperação de ativos ocorreram em paralelo com a agenda de trabalho do grupo de revisão, abordando de forma conjunta questões sobre troca de experiências e boas práticas e discussões sobre o fortalecimento da assistência técnica.

Na área de cooperação internacional, os países discutiram sobre estratégias para a disseminação e o uso de ferramentas e sistemas eletrônicos para processar e rastrear pedidos de extradição e cooperação jurídica internacional, especialmente em tempos de crise.



O servidor Rafael Luz representou o Brasil na sessão do grupo sobre cooperação internacional

A delegação brasileira realizou intervenção em que reforçou a importância do uso, por todos os Estados Partes, de meios eletrônicos para a transmissão de pedidos de cooperação jurídica e envio de informações solicitadas, como medida para tornar a cooperação mais célere e segura. O Brasil instou, ainda, os demais países a manterem as informações de contato de suas autoridades centrais atualizadas nos diretórios mantidos pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes e demais organizações competentes.

Na seara da recuperação de ativos, o grupo de trabalho debateu sobre temas voltados aos aspectos práticos da recuperação de ativos, incluindo tendências, desafios e boas práticas, com foco na implantação de sistemas de declaração de bens e conflito de interesses de funcionários públicos nos países signatários.

COP 28

CGU participa de reuniões de coordenação para a 28ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima

Ao longo do mês de outubro de 2023, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) promoveu três reuniões de coordenação, duas com órgãos e entidades governamentais e uma com a sociedade civil, para a [28ª Conferência das Partes \(COP28\) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima](#) (UNFCCC, na sigla em inglês). A COP 28 ocorrerá em Dubai, Emirados Árabes Unidos, de 30 de novembro a 12 de dezembro deste ano.

Diante da candidatura do Brasil para receber a COP30 em Belém do Pará, e da prioridade conferida pelo presidente da República à agenda climática, o MRE buscou engajar os três Poderes, das três esferas de governo, e entidades da sociedade civil. Considerando a transversalidade da emergência climática e os esforços do governo brasileiro para a realização da COP30 em território nacional, representando a Controladoria-Geral da

União (CGU), a Assessoria Especial para Assuntos Internacionais compareceu às três reuniões de coordenação. A CGU pretende manter o engajamento neste foro internacional.

O debate internacional sobre o clima atualmente enfrenta grandes desafios. Há lacunas na implementação no Acordo de Paris, aprovado durante a COP 21, que busca limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C. Segundo estudo recente publicado na revista Nature, abordado pelo MRE durante as reuniões, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) atuais limitariam o aumento da temperatura média global a 1,7°C. Contudo, por conta das lacunas de implementação acima citadas, a estimativa é de que na realidade o aumento médio será de 2,5°C, cenário que provavelmente implicará eventos catastróficos para o planeta e para a humanidade.

Durante a COP28, será elaborado o primeiro balanço global do Acordo de Paris; a segunda rodada de NDCs, por sua vez, ocorrerá durante a COP 30, em 2025. De acordo com o MRE, o chamado "caminho de Dubai a Belém", que reflete o período entre as COPs 28 e 30, é uma estreitíssima janela de oportunidade para ampliar os esforços de combate à mudança climática e consolidar o protagonismo brasileiro no tema.

Outro tema que tem gerado controvérsias na área é o financiamento de ações para mitigação e adaptação às mudanças do clima. Países desenvolvidos se comprometeram, até o momento, a fornecer aproximadamente US\$100 bilhões anuais para financiar estas ações. O valor real desembolsado, porém, ainda está abaixo da meta anunciada.

Há países que costumam traçar correlação entre financiamento climático e combate à corrupção, alegando que alguns países, sobretudo os mais vulneráveis, não teriam condições de receber recursos de combate à mudança de clima em função dos altos níveis de corrupção. Por outro lado, há uma percepção de que esse argumento pode levar a requisitos adicionais para acesso a recursos por parte dos países em desenvolvimento, além de desviar a atenção do principal problema: a insuficiência de financiamento climático.

POR DENTRO DA COP 28

Na COP28, haverá duas zonas no espaço físico onde ocorrerá o evento: a Zona Azul e a Zona Verde. A Zona Azul é um local gerenciado pelo Secretariado da UNFCCC, aberto às partes credenciadas e aos delegados observadores. Acolhe as negociações formais durante as duas semanas da Conferência, bem como a Cúpula Mundial de Ação Climática, os pavilhões dos países, eventos presidenciais e centenas de eventos paralelos, incluindo painéis de discussão, mesas redondas e eventos culturais.

A Zona Verde, por sua vez, é aberta aos delegados e convidados da Zona Azul, aos setores público e privado, às organizações não-governamentais e ao público em geral. O Brasil terá um pavilhão na Zona Azul denominado Espaço Brasil. [A lista dos painéis que comporão a programação do pavilhão do Brasil](#) encontra-se disponível no site do Ministério do Meio Ambiente.

OGP

ESTRATÉGIA 2023-2028

8ª Cúpula Global da Parceria para Governo Aberto

A 8ª Cúpula Global da Parceria para Governo Aberto (OGP) ocorreu em Tallinn, Estônia, entre os dias 5 e 7 de setembro de 2023, e contou com a participação de representantes de mais de 100 países, entre chefes de Estado, representantes governamentais, de organizações da sociedade civil e pesquisadores.

O evento foi centrado em discussões sobre o aprimoramento das iniciativas de governo aberto frente às questões trazidas pela era digital, especialmente quanto ao uso da tecnologia para possibilitar a construção e o incremento de políticas de transparência e participação, possibilitando o aprimoramento do espaço cívico e defesa da democracia.

No dia 05 de setembro de 2023, foi realizado o evento *OGP Camp* com participantes de mais de 70 países e entes subnacionais que integram a parceria OGP, incluindo representantes governamentais e pontos de contato, além de representantes da socie-

dade civil e funcionários da Unidade de Apoio e Membros do Comitê Diretor da OGP. O objetivo do evento foi a apresentação da **Estratégia OGP 2023-2028**, para possibilitar o compartilhamento de experiências e a discussão de iniciativas para inovação das práticas de governo aberto a partir das orientações da Estratégia.

A Estratégia OGP 2023-2028 apresentou inovações, havendo a possibilidade de realização de ações para além dos Planos de Ação. Nesse sentido, a OGP lançou o **Open Gov Challenge**, apontando os seguintes temas prioritários que devem ser objeto de iniciativas por parte dos participantes, buscando resultados de maior impacto:

- Acesso à informação;
- Espaço Cívico;
- Liberdade de imprensa;
- Abertura fiscal;
- Gênero e Inclusão;
- Participação Social;
- Anticorrupção;
- Clima e Meio Ambiente;
- Governança Digital; e
- Justiça.

Por parte da Controladoria-Geral da União, participaram da Cúpula o diretor de Transparência e Governo Aberto, Otávio Neves, e a coordenadora-geral de Promoção de Governo Aberto, Raquel Pereira.

Além de acompanhar as mesas temáticas

realizadas ao longo do evento, o diretor Otávio Neves atuou como painalista em dois momentos. Em um deles, juntamente com representantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de representantes governamentais do Canadá, da Finlândia, da Indonésia e da Argentina, tratou das abordagens necessárias para o desenvolvimento de uma estratégia de governo aberto fortalecida e duradora. Em outro, a convite da Iniciativa Global para a Transparência Fiscal (Global Initiative for Fiscal Transparency - GIFT), apresentou os avanços do Brasil em iniciativas de participação no processo de planejamento governamental e promoção da transparência orçamentária.



O diretor Otávio Neves e participantes do painel sobre estratégia de governo aberto

A CGU também participou de reuniões técnicas com organizações internacionais como a OCDE, Open Society Foundation e Open Contracting Partnership. Além disso, foi realizada reunião técnica com a consultora de apoio às Américas da OGP, juntamente com representantes da sociedade civil integrantes do Grupo de Trabalho de Assessoramento na construção do 6º Plano de Ação de Governo Aberto. Na oportunidade, foram destacadas questões relativas ao processo de cocriação do Plano, bem como as dificuldades encontradas no processo em função dos prazos e do cronograma rígido.



Representantes da CGU e do Grupo de Trabalho sobre Governo Aberto

OEA MESICIC

40ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção

No período de 11 a 14 de setembro de 2023, ocorreu, em formato híbrido, a 40ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) em Washington, Estados Unidos.

A Controladoria-Geral da União (CGU) chefiou a delegação brasileira, composta também pelo Ministério das Relações Exteriores; Polícia Federal e Advocacia-Geral da União (AGU). Nessa sessão do MESICIC, foram discutidos os **relatórios da 6ª Rodada de avaliação da República Dominicana**, do **Canadá** e das **Bahamas**, para os quais a CGU, representada pela

servidora Mônica Bulhões, da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, levou as contribuições do Brasil às versões propostas.

A programação também contou com uma **Sessão Especial sobre Conflito de Interesses** para o compartilhamento de **boas práticas** dos Estados Partes da Convenção Interamericana nessa temática. Destacou-se a apresentação da diretora de Integridade da Secretaria de Integridade Pública, Renata Figueiredo, que detalhou ao grupo a Política de Prevenção ao Conflito de Interesses do Governo Federal brasileiro, incluindo a base legal, os conceitos, o Sistema de Prevenção de Conflito de In-

teresses e as ações de fortalecimento em prática. [Confira a matéria da Ascom](#)

A Reunião também contemplou a discussão do **Projeto de Indicadores para Prevenir, Detectar e Combater a Impunidade relativos aos Resultados sobre Proteção de Denunciantes e Testemunhas de Atos de Corrupção**. Nesse item da pauta, para o qual a CGU já trabalhou para que o documento não se restringisse à seara penal, contou com o apoio da AGU no delineamento dos indicadores. O documento atualmente contempla as searas penal, administrativa e civil, e está

sendo revisado para melhor conformar os itens propostos. O debate sobre o Projeto de Indicadores ainda não foi finalizado e continuará na próxima reunião do MESICIC, a ocorrer em 2024.

A servidora Mônica Bulhões também se reuniu com o embaixador Benoni Belli, da Missão brasileira junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), que manifestou interesse no trabalho realizado pela CGU e na atuação do Brasil no MESICIC, colocando-se à disposição para apoiar os esforços anticorrupção no âmbito da OEA.



O embaixador Benoni Belli, ao centro, recepciona a delegação brasileira



Registro da 40ª Reunião da Comissão de Peritos do MESICIC

OCDE

DADOS ABERTOS

9º Encontro do Grupo de Especialistas em Dados Governamentais Abertos

Representando a Controladoria-Geral da União (CGU), a Secretaria de Integridade Pública, participou do 9º Encontro do Grupo de Especialistas em Dados Governamentais Abertos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, França, nos dias 14 e 15 de setembro de 2023. O servidor Cleiton Diniz da Silva, da Coordenação de Transparência Ativa e Dados Abertos representou a CGU na ocasião.

O encontro promoveu discussões de grande importância, realçando o papel fundamental dos dados abertos como ativos digitais de interesse público. Além disso, o grupo se dedicou a debater os desafios e oportunidades relacionados ao uso de inteligência artificial na implementação de políticas de dados abertos. A reunião proporcionou uma oportunidade para que os países presentes pudessem discutir a interação entre esses dois temas no setor público.

No encerramento, a OCDE apresentou os resultados preliminares do índice "OUR-data", que avalia os esforços dos governos em dados governamentais abertos, com foco em três áreas críticas: disponibilidade, acessibilidade e apoio ao reuso. Como o Brasil participou da avaliação e os resultados preliminares foram divulga-

dos apenas para os presentes na reunião, a participação da CGU no evento permitiu ampliar percepções sobre a execução da Política de Dados Abertos do Brasil, o que auxiliará a Controladoria a direcionar futuros esforços para superar as deficiências identificadas, bem como fortalecer os bons resultados já obtidos.



Especialistas se reúnem na França para discutir dados abertos

CONVENÇÃO ANTISSUBORNO

OCDE conclui a fase 4 de avaliação do Brasil

O Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional (Working Group on Bribery - WGB) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) concluiu a quarta fase de avaliação do Brasil no contexto da implementação da Convenção da OCDE. A aprovação do relatório final de avaliação e a divulgação do comunicado de imprensa ocorreram durante reunião plenária do grupo em Paris, França, entre os dias 10 e 13 de outubro de 2023.

O processo de avaliação, iniciado em fevereiro de 2023, incluiu o preenchimento de extenso questionário e a realização, em maio de 2023, de uma visita *in loco* pela equipe de avaliadores. A avaliação contou com a participação de diversos representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Federal, de órgãos e entidades com atribuições relacionadas aos temas da Convenção, além de contribuições de membros de organizações da sociedade civil, advogados, acadêmicos e representantes de entidades privadas.

A íntegra do relatório de avaliação e o comunicado de imprensa foram publicados no [perfil do Brasil na página da OCDE](#). As recomendações emitidas serão registradas no [Painel de Recomendações de Foros Internacionais](#) – ferramenta mantida pela Controladoria-Geral da União (CGU) que possibilita a consulta de todas as recomendações recebidas, a situação de cumprimento e os respectivos órgãos responsáveis.

O ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, esteve presente na reunião do WGB e participou das discussões do relatório do Brasil. Em seu discurso à plenária, ressaltou o compromisso histórico do país com

o combate ao suborno transnacional. Destacou que as medidas adotadas se inserem em estratégias mais amplas de fomento a políticas efetivas e legítimas de integridade, que visam a promover o desenvolvimento sustentável do ambiente de negócios nacional. Enfatizou, ainda, que os esforços anticorrupção devem ser percebidos pela sociedade como legítimos e compatíveis com o estado de direito e o devido processo legal.

O relatório aprovado reconhece os avanços alcançados pelo Brasil no fortalecimento de seu arcabouço normativo e institucional para responsabilização de pessoas jurídicas por suborno transnacional, inclusive por meio de acordos de leniência. Destaca, ainda, o papel da CGU e do MPF na resolução de complexos casos de suborno transnacional e sua capacidade de cooperar eficazmente com outros países. Além disso, o Brasil empenhou-se em publicar diretrizes e orientações ao setor privado, promover a integridade corporativa e ampliar a transparência privada, a fim de fomentar um ambiente de negócios mais íntegro no país.

Entretanto, o relatório aponta também importantes desafios que o Brasil enfrenta para implementar integralmente a Convenção Antissuborno da OCDE. Os principais pontos de preocupação dizem respeito à falta de uma legislação abrangente e efetiva de proteção ao denunciante, especialmente para o setor privado; ineficiências no processo judicial brasileiro que podem levar à prescrição precoce do crime de suborno transnacional; o questionamento judicial da validade de provas decorrentes de acordos de leniência; e o viés político e falta de imparcialidade na atuação de algumas autoridades em casos de corrupção.



Ministro Vinicius de Carvalho e membros do WGB em sessão plenária

A delegação brasileira foi chefiada pelo ministro de Estado da CGU e composta pelo secretário de Integridade Privada, Marcelo Pontes Vianna, pela titular da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, Elizabeth Cosmo, pelo assessor do Gabinete do Ministro, Iagê Zendron, pelos auditores federais de Finanças e Controle Júlia Lírio e Rafael Luz, além de representantes da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Polícia Federal e do Ministério das Relações Exteriores.



Representantes da delegação brasileira na reunião do WGB

ESTATAIS

41ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou da 41ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ocorrida nos dias 24 e 25 de outubro de 2023, na cidade de Paris, França.

Na ocasião, a delegação brasileira contou com a participação do servidor da CGU Alan Gonzaga da Costa, além de representantes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Sest), e do Ministério das Relações Exteriores.

A agenda de atividades incluiu a designação da presidência do grupo para o ano de 2024, a discussão sobre o monitoramento da implementação das Diretrizes de Governança Corporativa das Empresas Estatais, e a elaboração do Relatório das melhores práticas sobre sustentabilidade na propriedade estatal. Também esteve em pauta a implementação das Diretrizes Anticorrupção e de Integridade para Empresas Estatais (ACI) e a terceira revisão das Diretrizes da OCDE sobre Go-

vernança Corporativa de Empresas Estatais. O grupo discutiu, ainda, a avaliação do Cazaquistão e da Tailândia sob as Diretrizes da OCDE.

Quanto ao monitoramento da implementação das Diretrizes de Governança Corporativa das Empresas Estatais, os delegados revisaram e discutiram um conjunto de dados atualizado e uma avaliação comparativa das práticas nacionais resultantes do exercício avaliativo relacionado à implementação dos atuais Capítulos VI e VII das Diretrizes. As respostas do Brasil ao questionário foram elaboradas pela Diretoria de Auditoria de Estatais da CGU e pela Sest, em setembro de 2023.

Para 2024, há a previsão para que o Grupo de Trabalho atualize o compêndio de práticas nacionais de propriedade e governança. Já o relatório de melhores práticas sobre a propriedade estatal sustentável encontra-se em sua primeira versão. Os membros do grupo foram convidados a compartilhar experiências recentes e práticas relevantes que possam ser acrescentadas ao relatório.

IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES ANTICORRUPÇÃO E DE INTEGRIDADE PARA EMPRESAS ESTATAIS

Neste tópico, o grupo discutiu uma nota conceitual para o desenvolvimento de um relatório sobre a implementação das Diretrizes ACI. A nota apresenta informações já disponíveis sobre a implementação das Diretrizes, indica as informações ausentes e os planos para coletá-las. Ademais, o documento detalha como o Grupo de Trabalho cooperará com o Grupo de Trabalho sobre Suborno (Working Group on Bribery - WGB) e o Grupo de Trabalho de Altos Funcionários de Integridade Pública (Working Party of Senior Public Integrity Officials - SPIO), órgãos também envolvidos na implementação das Diretrizes ACI. O relatório está previsto para ser finalizado em 2024, cinco anos após a adoção do instrumento.

Os membros do grupo foram convidados a apresentar comentários para a terceira revisão das Diretrizes sobre Governança Corporativa das Empresas Estatais. Nesse diapasão, foram incentivados a coordenar dentro de suas respectivas jurisdições, especialmente com participantes do Comitês de Governança Corporativa, apontamentos que reflitam uma visão nacional. No âmbito da CGU, as ações de trabalho relacionadas ao referido comitê estão a cargo da Secretaria de Integridade Privada.

A próxima reunião do grupo ocorrerá em novembro de 2023, em formato virtual, e tratará das contribuições sobre a revisão das Diretrizes para Empresas Estatais, enquanto a próxima reunião presencial está agendada para março de 2024.

ICIC

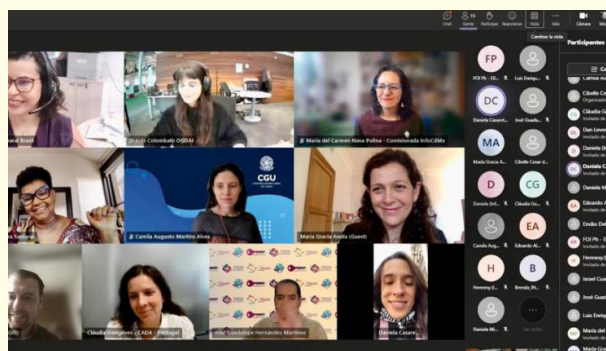
ACESSO À INFORMAÇÃO

Grupo de Trabalho sobre Gênero e Grupos em Situação de Vulnerabilidade finaliza diagnóstico

No dia 27 de setembro de 2023, foi realizada reunião do Grupo de Trabalho sobre Gênero e Grupos em Situação de Vulnerabilidade da Conferência Internacional dos Comissionários de Informação (International Conference of Information Commissioners - ICIC). Criado em 2022, o grupo é coordenado pela Controladoria-Geral da União, por meio da Secretaria Nacional de Acesso à Informação, em conjunto com o Órgão Garantidor de Acesso à Informação da Cidade Autónoma de Buenos Aires.

Na reunião, a versão final do documento "Diagnóstico de boas práticas e experiências de acesso à informação direcionadas a grupos em situação de vulnerabilidade" foi apresentada aos outros nove membros do grupo. O documento contém uma análise sobre boas práticas e experiências, a partir de informações coletadas junto aos membros. O diagnóstico também aponta os desafios das

políticas desenvolvidas pelas autoridades governamentais, além de uma série de recomendações com o objetivo de reduzir as lacunas das políticas relativas ao assunto.



Registro da reunião do grupo de trabalho do ICIC

Esse é o quarto produto desenvolvido pelo Grupo. Foram elaborados anteriormente um marco conceitual sobre gênero e grupos em situação de vulnerabilidade, um padrão de análise para identificação, categorização e comparação entre dife-

rentes práticas sobre o assunto, e uma primeira enquete sobre boas práticas e desafios.

Na ocasião, o grupo também definiu os próximos passos. Será realizada uma enquete com o objetivo de coletar informações acerca do uso e do monitoramento

sobre boas práticas pré-selecionadas. A proposta de enquete foi revisada por outros membros do grupo e, conforme cronograma definido em um termo de referência, a previsão é de que o documento com análise das respostas seja elaborado até março de 2024.

CAPACITAÇÃO

TECNOLOGIA

Servidores da CGU participam de evento da Oracle

Os servidores Guilherme Borges Correa e Iuri de Moura Carneiro participaram da conferência global *Oracle CloudWorld 2023*, na cidade de Las Vegas, nos Estados Unidos, entre os dias 18 e 21 de setembro de 2023.

Este é o principal e mais tradicional evento internacional para desenvolvedores, engenheiros e arquitetos de sistemas de informação que produzem soluções utilizando a linguagem de programação Java e as diversas tecnologias correlatas.

O evento incluiu a realização de minicursos, palestras, apresentações e sessões, em que se divulgou o que há de mais novo e as tendências na área de desenvolvimento de software em Java, banco de dados, aplicações em nuvem computacional.

Uma vez que grande parte dos sistemas da Controladoria-Geral da União (CGU) é desenvolvida e mantida na linguagem de programação Java, os servidores foram designados para participarem do evento, com a finalidade de propiciar capacitação nas áreas abordadas, bem como em alguns produtos e ferramentas, buscando melhorar os sistemas computacionais desenvolvidos na CGU.

ESTATÍSTICA PARA CIÊNCIA DE DADOS

Servidor da CGU é aprovado no programa de mestrado da Universidade do Minho em Portugal

O servidor Eduardo Werner Ungefehr, lotado na Diretoria de Informações Estratégicas, foi aprovado e está participando do Mestrado em Estatística para Ciência de Dados da Universidade do Minho, ofertado no Campus de Azurém, em Guima-

rães, Portugal. A capacitação será realizada no período de setembro de 2023 a julho de 2025.

A Universidade do Minho é uma universidade pública que está completando 50

anos de história com grande atuação no norte de Portugal (Braga e Guimarães). Destaca-se por seus cursos de elevada qualidade e pela forte política para a internacionalização que se reflete nos seus principais eixos de ação: ensino, investigação e inovação, e interação com a sociedade. Possui, atualmente, cerca de 21.000 estudantes inscritos, sendo 2.400 estrangeiros. Mantém 6.200 alunos de mestrado e 1.900 de doutorado. Estes estudantes frequentam uma oferta educativa diversificada, ajustada às aspirações

das pessoas e às necessidades da sociedade e da economia; são mais de 200 cursos, distribuídos por 12 unidades.

O servidor Eduardo Werner integra a equipe responsável pela gestão do sistema e-Patri e sua capacitação poderá auxiliar no aprimoramento das regras de negócios do sistema e no desenvolvimento da estratégia da Controladoria-Geral da União do acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos do Poder Executivo federal.

TENDÊNCIAS

Gartner IT Symposium/Xpo

O servidor Leonardo Alamy Martins participou da *Gartner IT Symposium/Xpo*, em Orlando, Estados Unidos, entre 16 e 19 de outubro de 2023.

O *Gartner IT Symposium/Xpo* oferece, ao longo de quatro dias, mais de 1.000 sessões de conteúdo relacionado a mais 15 áreas da tecnologia da informação. São disponibilizados eventos sem interação, como palestras de convidados e apresentações de pesquisas e tendências identificadas pelo Gartner, e eventos interativos, como mesas redondas, workshops, oficinas e reuniões exclusivas com analistas/pesquisadores da empresa responsável pelo evento. Além disso, dezenas de fornecedores expõem seus produtos e serviços de TI.

O participante tem liberdade para montar sua agenda de acordo com sua disponibilidade, interesse e área de atuação.

Na palestra de abertura, destacou-se o surgimento de uma nova era na área de tecnologia, a partir do lançamento do

ChatGPT. Em outro painel, afirmou-se que inteligência artificial generativa já está bem consolidada nos processos de codificação da etapa de desenvolvimento de software e se apresentaram os principais fornecedores de soluções. Além dessas atividades, o servidor participou de palestras sobre riscos associados à adoção de inteligência artificial na prestação de serviços públicos e teve contato com um modelo proposto pelo Gartner para gestão de confiança, risco e segurança de inteligência artificial.

Leonardo Martins também acompanhou discussões sobre a evolução das soluções de autenticação, desafios e tendências na área de segurança cibernética, desenvolvimento do mercado de serviço de computação em nuvem, e relação saudável entre seres humanos e máquinas. O evento tratou, ainda, do conceito de governo pós-digital, no qual o uso da tecnologia deve estar focado nos resultados que impactam de maneira duradoura a missão dos órgãos.